

POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE: UM ESTUDO DO PROGRAMA PRÓ- INCLUSÃO (2014 – 2016)

Ivone de Oliveira Moraes de Souza
iva.moraes@hotmail.com

Lúcia de Fátima Melo
lucia.educa@bol.com.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho realiza um estudo sobre a política de acesso e permanência na Universidade Federal do Acre – UFAC no sentido de contribuir com os estudos das políticas públicas educacionais voltadas à democratização dos direitos e igualdade de oportunidades.

O objetivo é analisar em que medida a política de assistência estudantil (PAE), implementada na UFAC por meio do programa Pró-Inclusão, contribui para a permanência e êxito acadêmico dos alunos ingressantes nos cursos de graduação pelo sistema de cotas.

O problema central definido para a pesquisa foi: a assistência estudantil realizada na Universidade Federal do Acre (UFAC), por meio do Programa Pró-Inclusão, tem contribuído para o êxito dos estudantes que ingressaram nos cursos de graduação por meio de cotas, garantindo sua permanência no primeiro ano do curso?

A relevância da discussão se dá em decorrência de que a temática em estudo, embora já estabelecida, ainda se constitui em um campo relativamente novo e não consolidado, carecendo de estudos científicos que apontem a assistência estudantil (AE) como parte do conjunto de condições que se articulam para assegurar a permanência dos estudantes no Ensino Superior.

Com o levantamento bibliográfico de teses e dissertações realizado no portal da CAPES, constatamos que o maior quantitativo de pesquisas estão

localizadas na região sul e sudeste do país, enquanto na região norte, onde localiza-se a UFAC, o número de publicações é reduzido. Para além disso, verificamos um campo restrito de produção acadêmica com análises mais robustas pautadas em dados quantitativos que demonstrem a importância e efetividade da AE na permanência dos estudantes.

Nesse sentido, o método utilizado para alcançar os objetivos propostos será o da pesquisa qualitativa (análise documental) e quantitativa (coleta e tratamento de dados).

Trata-se de uma pesquisa em processo de construção e seus aspectos preliminares apontam para a importância dessa política no processo de inclusão dos estudantes das classes menos favorecidas ao Ensino Superior Público. O resultado da investigação certamente há de contribuir com o debate, a formulação e a consolidação da PAE como direito a ser garantido pelo Estado, haja vista que, mesmo após sua regulamentação pela Portaria Normativa nº 39/2007 e pelo Decreto nº 7.234/2010, ainda se situa em um campo de disputa.

DESENVOLVIMENTO

O contexto em que se insere a presente discussão, emerge do acirramento de debates acerca das políticas públicas educacionais voltadas para a democratização do ensino superior, com ênfase, para as de expansão, inclusão e permanência, que iniciam com a reforma do ensino superior (1995) e se intensificam a partir de 2003, ano de início do governo de Lula da Silva e, principalmente, após a criação do PNAES.

É nesse cenário político, social e econômico, a partir de diferentes atores, que ganha relevância a política de assistência estudantil. Nesse sentido, destacamos o relevante papel dos dirigentes de instituições federais de ensino na ampliação e criação desses mecanismos de regulamentação das práticas de assistência estudantil com o objetivo de assegurar a permanência de alunos menos privilegiados do ponto de vista econômico, político e social. Essa dinâmica de implementação e consolidação da PAE, é permeada por avanços, retrocessos, concepções, muitas vezes ocultas e contradições.

Kowalski (2012), divide a trajetória histórica da assistência estudantil em três fases: a primeira, em que o caráter era estritamente voltado para atendimento à elite burguesa; a segunda, em que emerge os discursos de democratização, inclusão e permanência; e a terceira, e mais recentemente, com a legitimação das políticas de assistência estudantil por meio de regulamentação própria.

A partir dos estudos realizados, constatamos que as políticas de expansão e democratização do acesso que se destacaram nesse processo foram as de implementação de programas como o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil - 1999), o ProUni (Programa Universidade para Todos -2004), a UAB (Universidade Aberta do Brasil - 2006), o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – 2007) e a Lei de Cotas nº 12. 711/2012.

Publicado no ano de 2019, no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FORNAPRACE), a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Esse documento explicita que, no período 2003-2017 registrou-se um crescimento de 260% no número de vagas ofertadas. Apenas em 2017 foram mais de 393.000 vagas em cursos de graduação

Tais políticas ampliaram as oportunidades de ingresso na universidade, no entanto, a adoção efetiva das ações de assistência estudantil não tiveram o mesmo ritmo de expansão que as políticas de ingresso no ensino superior público (COELHO, 2012).

Nesse embate, em que a universidade ainda é tida como espaço de execução do projeto sócio-econômico do Estado, as políticas de democratização do acesso ao ensino superior podem promover um processo de exclusão que não pode ser ignorado.

Desse modo, quando se discute a ampla democratização da educação superior, importante considerar o quadro socioeconômico, para além das questões voltadas para a oportunidade de acesso, criação de vagas e inclusão de jovens nesse nível de ensino.

Analisando o conjunto das pesquisas sobre a Assistência Estudantil (AE) no Brasil, constatamos que a ampliação e sistematização das ações de AE deram-se a partir da instituição do PNAES, no entanto, encontram-se acompanhadas de várias limitações na estruturação das regulamentações institucionais e no atendimento das demandas dos estudantes, inclusive nos casos que já focalizam o público atendido como somente aqueles com menores condições financeiras.

CONCLUSÃO

Diante da instabilidade socioeconômica em que se encontra o Brasil e que atingem a maioria da população, há que se reconhecer a importância da manutenção e ampliação da assistência estudantil como política pública para a continuidade do processo de democratização do acesso ao ensino superior e para a qualidade do ensino.

O propósito deste texto foi apresentar a problemática proposta para o estudo e o breve panorama dos debates acerca da assistência estudantil como um dos elementos propulsores da democratização do ensino no que diz respeito a inclusão e permanência do discente no ensino superior.

Mesmo com a aprovação do PNAES, a problemática que envolve a assistência estudantil não esgota a necessidade de análises acerca dos limites e possibilidades dessa política na busca pela efetividade social do ensino superior público, gratuito e de qualidade para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm> Acesso em: 29 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 02 out. 2019.

_____. **Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível

em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 13 fev. 2021.

COELHO, Monica Josiane. **A Política de Assistência Estudantil e a contrarreforma universitária**: estudo sobre o Programa de Moradia Universitária na Universidade Federal do Ceará (Dissertação de Mestrado). Fortaleza: UFC, 2012

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2012.

Relatório da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>>. Acesso em: 4 abril 2021.